A política social de abrigamento como estratégia de prevenção ao feminicídio

- La política social de los refugios como estrategia para prevenir el feminicidio
- Public shelter policy as a strategy for preventing femicide

Carmem Lúcia Costa¹

Liz Elaine de Silvério e Oliveira Mendes²

Resumo: Desde a promulgação da Lei Maria da Penha, políticas sociais e instituições públicas foram criadas ou aprimoradas para dar resposta à violência doméstica e familiar contra a mulher. Considerando a importância de políticas sociais planejadas para evitar a ocorrência de feminicídio, o artigo aponta a política social de abrigamento como uma das estratégias possíveis de preservação da vida das mulheres, problematizando também sobre as inconsistências e os desafios dessa proposta de assistência social. Por meio de uma breve análise do processo histórico de incorporação pelo Estado brasileiro de tratados de direitos humanos das mulheres e do contexto de normatização de políticas sociais pela Secretaria de Política para as Mulheres, com referencial teórico em literatura brasileira e latino-americana feminista sobre violência de gênero, políticas públicas e feminicídio, discute-se sobre a importância de revisão de políticas sociais de proteção para as mulheres. Conclui-se que a

1 Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2010). Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (UFG). clcgeo@gmail.com

2 Mestranda em direitos humanos do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG. liz-elainne@hotmail.com

política de abrigo não se resume aos espaços das casas-abrigo e que os índices elevados de feminicídio no Brasil reclamam a revitalização dessa política social, com arranjos institucionais, interseccionais e transversais, capazes de garantir um acolhimento emergencial e eficaz.

Palavras-chave: Casa-abrigo. Política social. Feminicídio. Arranjos institucionais.

Resumen: Desde la promulgación de la Ley Maria da Penha, las políticas sociales y las instituciones públicas se han creado o refinado para responder a la violencia doméstica y familiar contra las mujeres. Considerando la importancia de las políticas sociales diseñadas para prevenir la ocurrencia de feminicidios, el artículo señala la política de refugio social como una de las posibles estrategias para la preservación de la vida de las mujeres, y también discute las inconsistencias y desafíos de esta propuesta de asistencia social. A través de un breve análisis del proceso histórico de incorporación por parte del Estado brasileño de los tratados de derechos humanos de la mujer y el contexto de la estandarización de la política social por parte de la Secretaría de Política para la Mujer, con referencia teórica en la literatura feminista brasileña y latinoamericana sobre violencia de género, políticas públicas y feminicidio, se discute la importancia de revisar las políticas de protección social para las mujeres. Se concluye que la política de refugio no se limita a los espacios de viviendas y que las altas tasas de feminicidio en Brasil requieren la revitalización de esta política social, con arreglos institucionales, interseccionales y transversales capaces de garantizar una recepción de emergencia y efectiva.

Palabras clave: Refugio. Política social. Feminicidio. Arreglos institucionales

Abstract: Since the enactment of the Maria da Penha Law, social policies and public institutions have been created or refined to respond to domestic and family violence against women. Considering the importance of social policies designed to prevent the occurrence of femicide, the article points out the social shelter policy as one of the possible strategies for the preservation of women's lives, also discussing the inconsistencies and challenges of this social assistance proposal. Through a brief analysis of the historical process of incorporation by the Brazilian State of human rights treaties of women and the context of social policy standardization by the Secretariat of Policy for Women, with theoretical reference in Brazilian and Latin American feminist literature on violence gender, public policy and femicide, the importance of

revising social protection policies for women is discussed. It is concluded that the shelter policy is not limited to shelter spaces and that the high rates of femicide in Brazil call for the revitalization of this social policy, with institutional, intersectional and transversal arrangements capable of guaranteeing an emergency and effective reception.

Keywords: Shelter. Social policy. Femicide. Institutional arrangements.

Introdução

O objeto de análise deste texto é a política social de abrigamento de mulheres em situação de violência baseada em gênero, prevista no artigo 35, inciso II, da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) e na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (SPM, 2011). Por política social de abrigamento compreende-se um arranjo de serviços, programas e benefícios voltados ao acolhimento provisório de mulheres em contexto de violências domésticas ou urbanas, permeadas por fatores indicativos de risco grave ou extremo de morte. Conforme definido pela Secretaria Nacional de Política para as Mulheres (SPM), o abrigamento enquanto política social de assistência:

[...] não se refere somente aos serviços propriamente ditos [de] albergues, casas-abrigo, casas-de-passagem, casas de acolhimento provisório de curta duração [...], mas também inclui outras medidas de acolhimento que podem constituir-se em programas e benefícios [...] que assegurem o bem-estar físico, psicológico e social das mulheres em situação de violência, assim como sua segurança pessoal e familiar (SPM, 2011, p. 15)

O artigo aponta inconsistências da política social de abrigamento e a necessidade de ajustes, considerando a incorporação do feminicídio no Código Penal. Inicialmente, contextualizam-se a violência de gênero e a importância da política social de abrigamento de mulheres para prevenção ao feminicídio, com um breve resgate da incorporação pelo Estado brasileiro de uma agenda feminista na ordem de prioridades das políticas sociais. , destacando-se Destacam-se, nesse percurso, a articulação dos movimentos feministas e os compromissos assumidos internacionalmente com os tratados de direitos humanos. Após, discute-se com referencial teórico feminista brasileiro e latino-americano sobre as estratégias de transversalidade e interseccionalidade para a formulação das políticas de proteção às mulheres. Ao final, considerando de um lado a persistência dos altos índices de feminicídio no Brasil e, de outro, o processo de desmonte das políticas sociais, destaca-se a importância

de estudos para subsidiar a revisão das políticas sociais de prevenção à violência feminicida, com novos arranjos para acolhimentos protetivos eficazes.

Violências contra as mulheres e violências de gênero

A Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher foi assinada no Brasil, em Belém-PA, e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 1.973/1996. A Convenção de Belém do Pará é regime internacional impositivo para os países da Organização dos Estados Americanos (OEA). A violência contra a mulher foi conceituada pela convenção como sendo “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASIL, 1996). Decorre da lei que a violência de gênero abrange as categorias de violência contra a mulher nos espaços privados (dimensão interpessoal) e público (dimensão política).

As análises de gênero permitem desnaturalizar o consentimento simbólico e presente no imaginário social de que os homens podem converter seus desejos de agressividade, hierarquia e dominação em prejuízo das mulheres. A dimensão da categoria gênero interroga a estrutura sexista da organização social, fundada em relações cujas performances de feminino e masculino foram previamente escalonadas com fundamento na diferença sexual (SAFFIOTI, 2015, p. 79). Gênero, enquanto categoria de análise para a compreensão das relações de poder, associa-se a outros marcadores sociais, como sexo, raça, classe, geração ou etnia, para descortinar um emaranhado de processos interativos que interferem na produção das subjetividades e da organização social (SCOTT, 1985). Gênero indica, portanto, “haver uma dimensão social nos fenômenos que nos parecem naturais” [...] e, desse modo, “evidencia uma das estratégias de poder que consiste em naturalizar as relações sociais, no intento de mascarar as relações de poder subjacentes” (KÜCHEMANN; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 65).

A violência de gênero é um fenômeno exponencial na sociedade brasileira, com sérios impactos para as mulheres. Está documentada nos registros policiais, nas estatísticas epidemiológicas, no discurso midiático e nos estudos culturais e de gênero. É também sentida e reproduzida no cotidiano doméstico e no horizonte político, pela divisão sexual do trabalho, pela inserção subalterna das mulheres no mercado de trabalho e nos espaços de representação política. É, por outro lado, uma violência que se aprende nas pedagogias curriculares, artísticas, midiáticas e mercadológicas (GOELLNER, 2013). É das formas de violência talvez a mais perversa porque contamina todo o tecido social, prejudicando inclusive os homens (SAFFIOTI, 2015).

Sem adotar uma “perspectiva vitimizadora”, é preciso reconhecer que a “centralidade das ações violentas incide sobre a mulher” (BANDEIRA, 2019, p. 295). Mulher, como aqui proposto, não se encerra no sexo feminino, incorpora as identidades de gênero e sexuais que a matriz cultural-colonial não tolera que existam (BUTLER, 2019; LUGONES, 2014). As identidades sexuais e de gênero não binárias desafiam a lógica dicotômica e heteronormativa. Essas diversidades, em sociedades marcadas pela colonialidade de gênero, concentram-se, em certa medida, no *ethos* feminino, pois o neutro é compreendido como masculino e “universal”. Por isso, a violência de gênero é ainda mais prejudicial às identidades constituídas fora do masculino (BUTLER, apud GOELLNER, 2013)

Feminicídio em diálogo com as políticas sociais de prevenção e proteção das mulheres

Feminicídio foi inserido no código penal brasileiro pela Lei nº 13.104/2015. É circunstância que qualifica como hedionda a morte violenta de uma mulher, pelo seu gênero. O termo feminicídio, como explica Lagarte (2006), foi burilado pelos movimentos feministas latino-americanos, que realçaram determinadas características observadas nos massacres de meninas e mulheres em plantações de algodão, na Ciudad Juárez-México. Feminicídio provém do termo *femicide*, cunhado por Diana Russell (1976) para nominar os genocídios de mulheres documentados historicamente, *como a caça às bruxas*³. O feminicídio pode ser compreendido como mecanismo sistemático de extermínio de mulheres, com efeito intimidatório no imaginário social idêntico ao da fogueira da época medieval. A morte violenta e persistente de mulheres em fogueiras, nos séculos XVI e XVII, enfraqueceu a resistência daquelas mulheres que lutavam contra a degradação social dos regimes patriarcal, de gênero e pré-capitalista (FEDERICI, 2017). Feminicídio é um crime interpelado pela questão de gênero e toda morte com essa característica é um ato em si de terror, que desencoraja as mulheres a questionarem os sistemas de dominação-exploração que propagam desigualdades e violências contra as mulheres. Feminicídio é a morte dos corpos e das subjetividades

3 Sobre a genealogia do termo *femicide*, Diana Russell esclarece: “When I testified about femicide at the International Tribunal, I defined it implicitly as a hate killing of females perpetrated by males. For example, I stated that: “From the burning of witches in the past, to the more recent widespread custom of female infanticide in many societies, to the killing of women for so-called honor, we realize that femicide has been going on a long time.” [...] After making minor changes in my definition of femicide over the years, I finally defined it very simply as “the killing of females by males because they are female”. Disponível em: <https://www.dianarussell.com/origin_of_femicide.html>. Acesso em: 14 jul. 2019.

femininas, com o fim de fragmentar a luta política pelos direitos humanos.

Nos países latino-americanos, as mobilizações feministas, a partir da aprovação da Convenção de Belém do Pará (ONU, 1994), intensificaram-se em torno da aprovação de legislações nacionais com mecanismos específicos para garantir às mulheres uma vida plena em direitos e livre de violência. O feminicídio justificava, portanto, uma legislação com essa discriminação positiva, ao enunciar a intencionalidade na violência exercida por homens contra as mulheres, estando os homens em condições de supremacia social, sexual, jurídica econômica, política e ideológica, enquanto as mulheres em condições de desigualdade, subordinação, exploração e exclusão (LAGARTE, 2006).

Argumentavam as feministas mexicanas que a figura neutra do homicídio apagava a misoginia e a subordinação feminina, como características marcantes na matança de mulheres, e também impediam que os Estados adotassem agenda política para evitar essa grave violação de direitos humanos. Gomes (2018) afirma que feminicídio é também uma expressão da *necropolítica de gênero*, que tolera a desigualdade de gênero e define quem merece viver ou morrer, tornando os corpos das mulheres utilizáveis na lógica do sistema patriarcal, racista e capitalista.

Ao ser inserido no ordenamento jurídico brasileiro, o feminicídio provocou uma mudança de perspectiva do aparato repressivo do Estado, pela inclusão de um olhar de gênero para superar a visão inadequada do fenômeno social, que ofuscava a desigualdade de poder entre autor e vítima, nas alegações de “crime passionai” e “legítima defesa da honra”. A concepção do feminicídio possibilitou mudanças para além do sistema punitivo, alcançando outras esferas de atuação do Estado, que internalizaram o entendimento de que “a matança de mulheres pelo regime político do gênero, em um marco patriarcal de poder”, pode e deve ser evitada (DINIZ; COSTA; GUMIERI, 2015, p. 239).

O Estado brasileiro em resposta aos compromissos assumidos internacional e nacionalmente, especialmente pela Convenção de Belém do Pará (artigo 7º) e pela Lei Maria da Penha (artigo 8º), reconheceu a necessidade de promover políticas sociais com a finalidade de erradicar e prevenir a violência contra a mulher. A inserção do feminicídio como uma circunstância qualificadora do homicídio por si só não seria capaz de reduzir esse tipo de criminalidade, gerando efeitos mais midiáticos e simbólicos que dissuasórios.

O programa orçamentário *Mulher, viver sem violência* e a criação da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres viabilizaram, até 2015, “um novo jeito de fazer política”, com a execução de três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (SPM, 2011), com ampla participação social dos movimentos feministas e adoção da transversalidade como estratégia para a “inclusão sociopolítica das diferenças” (AGUIÃO, 2017) No entan-

to, após o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, o Estado brasileiro assumiu uma posição de ambivalência. Instituiu, por meio do Decreto nº 9.586/2018, o *Sistema Nacional de Política para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica*, porém, ao sancionar a Emenda Constitucional nº 95/2016, estagnou o limite de despesas primárias que impedem a adequada vinculação do orçamento público, acarretando descontinuidade e precarização das políticas sociais.

Políticas sociais e políticas de abrigamento para as mulheres

O ano de 1975 foi inteiramente dedicado às mulheres pela Organização das Nações Unidas (ONU), quando se realizou a primeira *Conferência Mundial da Mulher*, na cidade do México, com o lema: *igualdade, desenvolvimento e paz*. Em 1979 foi aprovada a Declaração Para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Entre 1980 e 1985, ocorreram, nas cidades de Copenhague e Nairóbi, a segunda e a terceira Conferências Mundiais da Mulher, com metas de pleno acesso à educação, à saúde e ao emprego.

No Brasil, os anos 1980 foram permeados pelas lutas dos movimentos sociais contra a ditadura militar. Os movimentos de mulheres reinventam-se em manifestações contra o Estado autoritário e a violência intrafamiliar, denunciando os assassinatos de mulheres por seus maridos (MACHADO, 2016). Era estratégico para as feministas apropriarem-se de uma agenda internacional que se estabelecia pelo respeito aos direitos humanos das mulheres. Até a década de 1970, “a linguagem internacional de direitos humanos não considerava a violência doméstica contra a mulher uma violação de direitos humanos, pois, tradicionalmente, a gramática de direitos humanos se conjuga[-va] na relação entre indivíduo e Estado” e não na relação entre os indivíduos (PITANGUY, 2011, p. 19). O movimento feminista brasileiro diferenciava-se de outros movimentos sociais pela capacidade de *advocacy*, ao promover ações estratégicas com diversos atores e organizações, atuando tanto em negociação, quanto em oposição ao Estado (PITANGUY, 2003). A partir de 1985, o Brasil dá início a um processo contínuo de adesão aos tratados internacionais de direitos humanos e de implementação de políticas públicas em benefício das mulheres. Nesse ano, instaurou-se o Conselho Nacional de Direitos da Mulher e surgiu em São Paulo a primeira delegacia de política especializada no atendimento às mulheres. No ano seguinte, inaugurou-se também em São Paulo, a primeira casa-abrigo (SPM, 2011).

Em 1993, em Viena, a ONU promoveu a *Conferência Internacional de Direitos Humanos*. A declaração e o plano de ação da Conferência de Viena explicitaram que a violência baseada em gênero era incompatível com a dig-

nidade e o valor da pessoa humana e que os direitos das mulheres se constituem parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos. Em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – *Convenção de Belém do Pará*, “foi o primeiro tratado vinculante no mundo que reconheceu a violência contra as mulheres como uma violação de direitos humanos”, sendo referência para um “novo ciclo de mobilização feminista [...] no qual se fortalece a Campanha (ou *Advocacy* feminista) pela Lei Maria da Penha (SEVERI, 2018, p. 122).

A Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos das mulheres ratificados pelo Estado brasileiro revelaram, ao longo dos anos, o hiato existente entre esses instrumentos normativos e a realidade de opressão e violência vivenciadas pelas mulheres. A condenação do Estado Brasileiro perante a Organização dos Estados Americanos (OEA), no caso Maria da Penha Maia Fernandes, impulsionou a criação durante a presidência de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). A aprovação de programas orçamentários específicos, por outro lado, possibilitou uma nova fase para a articulação e o fomento de políticas públicas para as mulheres, com estratégias transversais e intersetoriais, mediante a participação intensa de movimentos de mulheres e feministas. A SPM coordenou os trabalhos do consórcio de entidades feministas para elaboração do anteprojeto da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e realizou Conferências Nacionais e Estaduais de mulheres, que resultaram na consolidação de três Planos Nacionais de Política para as Mulheres (PNPM), vigentes de 2005 até 2015.

Em 2007, foram criados a Política e o Pacto Nacional para o enfrentamento à violência contra as mulheres, com estratégias de gestão e participação social orientadas para transversalizar, intersetorializar e capilarizar as políticas públicas, mediante a criação de organismos em todo país para a formação das primeiras redes de atendimento às mulheres. A Política Nacional estruturava-se em quatro eixos: prevenção (estratégia pedagógica), combate (estratégia punitiva), empoderamento (estratégia de acesso e garantia de direitos) e assistência (estratégia de formação e aprimoramento da rede de serviços e dos agentes públicos).

No eixo da assistência às mulheres em situação de violência, a Política Nacional estabeleceu ações voltadas à garantia do “atendimento humanizado [...] por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados [...] e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento” (SPM, 2011, p. 27).

A Secretaria Nacional de Política para as Mulheres (SPM), apoiada nos parâmetros da Política Nacional e da Lei Maria da Penha, elaborou, em 2011, as *Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e*

Violência, propondo novas possibilidades de abrigamento não circunscritas ao atendimento prestado pelas casas-abrigo e contendo diretrizes para a integração dos serviços das redes de atendimento às mulheres e de enfrentamento à violência, nos níveis municipais, estaduais/distrital e federal. O documento é resultado de amplo diálogo com profissionais e com representantes da sociedade civil, destacando-se as contribuições do *Encontro da Região Sudeste para discussão da Central de Abrigamento e do Workshop da Política Nacional de Abrigamento*, realizados em São Paulo e em Brasília, respectivamente, no ano de 2009 (SPM, 2011).

A Lei Maria da Penha estabelece no artigo 3º que o poder público deve desenvolver políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares. Nos artigos 8º e 9º, a Lei Maria da Penha prevê que as políticas públicas devem ser articuladas entre as entidades governamentais dos municípios e do Distrito Federal, dos Estados e da União, com as entidades não governamentais, tendo como diretriz a integração operacional dos Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação. No artigo 35, inciso II, a Lei Maria da Penha estabelece a faculdade do Poder Executivo criar casas-abrigo, destinadas às mulheres e aos seus filhos em situação de risco grave de violências domésticas e familiares.

As Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência, elaboradas pela SPM, em 2011, avançaram no entendimento de que os serviços de caráter assistencial deveriam ser estruturados em sistemas de redes, com a interoperabilidade das instituições parceiras e mediante a capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento às mulheres, garantindo-se a continuidade e a eficiência das intervenções públicas, na perspectiva de promoção de direitos e não revitimização.

As casas-abrigo, as casas de passagem ou de acolhimento temporário, os centros de referência e as secretarias de governo de políticas para as mulheres inserem-se na rede de atendimento às mulheres em contexto de violência como serviços especializados. Os serviços de assistência social considerados de atendimento geral, como CRAS e CREAS, os Núcleos ou Postos de Atendimento Social, as ouvidorias, como o *disque-180*, as defensorias públicas, as delegacias de polícia especializadas e os conselhos de direitos complementam as redes de atendimento às mulheres e de enfrentamento à violência de gênero, assim como as instituições do sistema de Justiça: Ministérios Públicos, Polícias Cíveis e Militares e Juizados Especiais de Violência Contra a Mulher.

Os principais objetivos da política de abrigamento são: a) proposição de novas metodologias de abrigamento, que não se restrinjam ao atendimento prestado pelas casas-abrigo; b) utilização de benefícios/auxílios temporá-

rios para situações de risco pessoal; c) estabelecimento de um fluxo geral de atendimento entre os serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência; d) proposição de diretrizes para a integração dos serviços de abrigo no país, por meio da criação de uma Central de Abrigo; [...] e definição de políticas regionais de abrigo (SPM, 2011).

Em 2013, a Comissão Parlamentar de Inquérito, ao visitar casas-abrigo em três capitais brasileiras constatou um número reduzido de mulheres. Campos (2015) supõe que as mulheres deixaram de acessar a casa-abrigo pela lógica disciplinante desses espaços, que não rompem a percepção de confinamento e contenção dos corpos, traduzindo-se em práticas de impacto semelhante à violência já experimentada no âmbito doméstico. O afastamento das redes sociais de afeto e das atividades laborais pode ser compreendido pelas mulheres como uma punição, resultando na relativização da noção de risco. Um outro aspecto especulado pela pesquisadora é o da incoerência dessa proposta de assistência social, que estaria mais indicada a outros tipos de violência de gênero, que não a doméstica e familiar, como a decorrente de tráfico de pessoas ou de entorpecentes e de criminalidade organizada.

Especula-se também que, treze anos passados da entrada em vigor da Lei Maria da Penha, o aumento dos percentuais de deferimento de medidas protetivas de urgência tenha sido um dos fatores mais importantes para que mulheres deixem de acessar esses abrigos. Em 2019, a Lei Maria da Penha foi alterada para permitir que a autoridade policial, independente de decisão judicial, afaste cautelarmente o autor da violência do espaço doméstico/familiar. Algumas secretarias de segurança de Estados e Municípios possuem dispositivos eletrônicos para monitoramento de autores e vítimas, com acionamento emergencial da polícia militar no local dos fatos. É preciso reconhecer, contudo, a falta de estudos nesse campo para avaliar com maior precisão as hipóteses aqui apresentadas para o declínio do modelo atual da política de abrigo como estratégia de prevenção aos feminicídios.

O caminho da rota crítica e o declínio da política de abrigo

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisa DataFolha realizaram uma pesquisa nacional em 2017, nas cinco regiões do país, com amostra total de 2.073 pessoas, das quais 1.051 eram mulheres. A análise dos dados em escala permitiu inferir que um em cada três brasileiros presenciou uma mulher sendo vítima de algum tipo de violência, em 2016. A pesquisa também avaliou que a percepção quanto ao aumento da violência contra a mulher aumentou para 73% da população brasileira, nos últimos 10 anos.

Aproximadamente 52% das mulheres entrevistadas, que disseram ter sofrido algum tipo de violência, deixaram de buscar apoio na rede de atendimento ou de denunciar o fato ao sistema de Justiça (FBSP, 2017).

Não há dados seguros no Brasil quanto ao número de mulheres que sofreram ou que sofrem violências, nem do percentual que busca auxílio em serviços da rede de enfrentamento à violência. Uma pesquisa realizada em dez países latino-americanos, em 2006, tentou delimitar o caminho trilhado por algumas mulheres que, no estágio crítico da violência, sentiram-se motivadas a buscar algum tipo de apoio. A pesquisa definiu esse percurso como a *rota crítica* (SAGOT, 2007).

Rota crítica, portanto, seria o itinerário de algumas mulheres na busca de auxílio quando se sentem acuadas pelo contexto intenso de violência (SAGOT, 2007). As mulheres apresentam inquietações, anseios, traumas, dúvidas e podem ou não ter uma percepção do risco que correm de serem assassinadas. Algumas mulheres procuram atendimento na rede de enfrentamento à violência de gênero e/ou no sistema de Justiça.

Os profissionais da rede socioassistencial ou do sistema de Justiça avaliam os fatores de risco e oferecerem acesso à casa-abrigo para as situações entendidas como extremamente graves. No Distrito Federal, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), desde 2014, executa o *Projeto de Proteção Integral à Mulher*. Percebeu-se a necessidade de um olhar mais atento aos serviços de proteção à mulher, incluindo-se estratégias de conscientização dos homens autores de violência. Uma das fases iniciais do projeto é o preenchimento, pela mulher, de um questionário de avaliação de risco, o que pode acontecer durante o registro de ocorrência policial ou durante o atendimento da mulher em qualquer porta de acesso da rede socioassistencial ou do sistema de Justiça (ÁVILA, 2018).

Recentemente, o MPDFT lançou o *Guia de Avaliação de Risco* para orientar os agentes públicos durante o atendimento das mulheres em contexto de violência, com sugestões de encaminhamento aos serviços da rede, a partir de um contexto de risco previamente estimado. A medição antecipada dos riscos é importante para evitar novos episódios de violências e pode abreviar o acesso das mulheres às políticas públicas e às medidas cautelares de proteção, estas últimas, por meio do sistema de Justiça (FERREIRA; SCHLITTLER, 2019).

No guia de Avaliação de Risco a casa-abrigo aparece como indicação prioritária em situações graves e extremas, mas há outras possibilidades de serviços, a depender dos arranjos institucionais e de um planejamento individualizado para a segurança da mulher. A maior parte dos questionários de avaliação de risco, no Distrito Federal, é preenchida pelas próprias mulheres durante a elaboração dos boletins de ocorrência. É nesse espaço institucional

que frequentemente é oferecido o acesso à casa-abrigo.

No Distrito Federal, conforme dispõe a Portaria nº 60, de 20 de maio de 2016, que regulamenta o serviço da casa-abrigo, só é possível acessar o estabelecimento depois de registrada a ocorrência policial e nas situações de violência doméstica e familiar. O local da casa é mantido sob sigilo e as mulheres ali permanecem em regime de confinamento total, sem poder sair para locais de trabalho ou estudo. Não é permitido receber visitas no interior da casa. Também é proibido o uso de equipamentos eletrônicos, até mesmo do aparelho celular. Filhos do sexo masculino só acessam o abrigo até os 12 anos de idade e o tempo de permanência no local é de 90 dias, podendo ser prorrogado (DISTRITO FEDERAL, 2016).

Embora não se tenha, ainda, um estudo comparado dos regulamentos das casas-abrigo nas demais unidades federativas, tomando-se, por exemplo, o regulamento da casa-abrigo do Distrito Federal, percebe-se que as restrições desse equipamento público sugerem uma má incorporação da perspectiva de gênero, pelo estabelecimento de um regime totalizante, de confinamento, à semelhança de estabelecimentos prisionais e asilares.

A transversalidade de gênero e raça como estratégia para políticas públicas de combate à violência de gênero

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou, em 2017, que 38% das mortes de mulheres em todo o mundo foram provocadas por parceiro ou ex-parceiro, masculino. No Brasil, *O Mapa da Violência 2015* calculou uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, com dados do ano de 2013, inserindo o Brasil na incômoda 5ª posição de uma lista de 83 países, classificados pela OMS como os mais letais para as mulheres (OPAS/OMS, 2017; WAISELFISZ, 2015).

A utilização de gênero como uma das categorias de análise para a formulação de políticas sociais que mirem na redução da violência contra as mulheres e que, efetivamente, as proteja dos riscos de morte, é indiscutível. Gênero, no entanto, enquanto categoria relacional, não se destina apenas às análises que venham a orientar ações e programas direcionados para as mulheres, em separado. Incorporar a categoria gênero em qualquer análise exige a articulação conjunta de outras categorias, para se (re)dimensionar as dinâmicas subjacentes à própria violência, como uma forma de orientar possibilidades de intervenções sociais para todos os públicos. As políticas sociais, portanto, precisam ser pensadas como estratégias políticas aplicáveis aos “sujeitos de gênero” (MEYER, 2013, p. 20).

A polarização de um conflito violento em torno de vítimas e autores replica categorias binárias e dicotômicas que permanecem desfavorecendo as

mulheres e as identidades/sexualidades não hegemônicas, por meio de propostas essencialistas, assistencialistas e estereotipadas. As políticas sociais, inclusive em torno do abrigamento em contexto de violência, devem considerar ações estratégicas para todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente no conflito. O recorte feito pela política de abrigamento, dirigida apenas às mulheres e aos seus filhos e reduzida ao confinamento de seus corpos, pode resultar em uma onda reversa, pela má incorporação das análises de gênero.

A Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW) da ONU, em outubro de 2003, em Brasília, reuniu-se para discutir a igualdade de gênero e, especialmente, pensar como homens e meninos poderiam ser agentes de transformações nas ordens de gênero e na diminuição da violência contra as mulheres e meninas, o que resultou no documento denominado *The role of man and boys in achieving gender equality* (CONNELL, 2016, p. 112-113). O Brasil registra média anual de mais de 60.000 mortes não naturais que afetam em maior parte a juventude negra, de baixa renda e residente em locais de intensa incidência de violências urbanas. Esses dados revelam a necessidade de aplicar a categoria gênero, para análise de risco de assassinato em massa de homens jovens e negros no Brasil, tendo em conta que o sexismo se manifesta em toda dimensão do organismo social.

As políticas públicas destinadas à redução dos feminicídios não podem ser pensadas de modo apartado das políticas públicas que busquem diminuir a violência em geral, considerando as causas interconectadas que aumentam a probabilidade de letalidade tanto em mulheres quanto em outros grupos vulneráveis. O planejamento de políticas públicas eficientes desafia estudos e análises conjuntas sobre as ordens de gênero, de raça e o contexto de desigualdades socioeconômicas. A pesquisadora Ana Paula Portela investigou os fatores presentes em casos de mortes violentas nos municípios do Estado de Pernambuco, no período de 2004 a 2013. Nas análises dos casos, foi observada a “conexão entre injustiça social, desigualdades de gênero e expansão do crime”, o que permitiu concluir que “a violência letal contra as mulheres [...] não é um fenômeno isolado cuja etiologia se remete apenas ao contexto específico da sociabilidade patriarcal” (PORTELA, 2019, p. 116). A pesquisa apontou que alguns fatores macrossociais elevaram as taxas de feminicídios, especialmente a “taxa global de homicídios, a proporção de crianças [...] fora da escola, a [...] proporção de mulheres chefes de família residindo com filhos menores de 15 anos [...], a proporção de domicílios com água e esgotamento sanitário inadequados, desigualdade de renda e a proporção de meninas de 10 a 14 anos que já foram mães. (PORTELA, 2019, p. 116).

A IV Conferência Internacional da Mulher em 1995, na cidade de Beijing, trouxe a perspectiva de *gender mainstreaming* como estratégia

mais eficiente para alcançar o ideal de igualdade/equidade entre mulheres e homens e a elaboração de políticas públicas de acordo com as necessidades das mulheres, compreendidas em suas diversidades (AGUIÃO, 2019, p. 25). Entre 2003 e 2015, a Secretaria de Política para as Mulheres coordenou, com ampla participação do movimento feminista, as ações transversais no curso da gestão pública, em conformidade com os programas dos três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Em 2011, a SPM produziu documento com a proposta de parametrizar o acolhimento de mulheres sob as várias possibilidades de abrigamento, reconhecendo a importância de compatibilizar as novas demandas de acolhimento com alternativas às casas-abrigo, como a criação de equipamentos de curta duração e apropriados a outros tipos de violência além da doméstica e familiar, como a violência relacionada ao tráfico de pessoas, ao crime organizado e aos fluxos migratórios. A estratégia de transversalidade não foi suficientemente disseminada no país para os níveis municipais, estaduais e distritais. A perda do status de Ministério deixou incerta a capacidade da SPM de realizar um *feminismo de Estado*, como, por exemplo, pela convocação de novas Conferências Nacionais de Mulheres e execução do atual Plano Nacional.

Por outro lado, a falta de investimentos dos poderes públicos estaduais e municipais, especialmente voltados para a capacitação dos servidores públicos é uma barreira que impede a acomodação de práticas e arranjos institucionais mais maleáveis e articulados em perspectiva de gênero. A pesquisa *Violência contra a mulher e acesso à Justiça*, realizada pela CEPIA, com apoio da Fundação Ford, em 2013, coordenada pela pesquisadora Wania Pasinato, objetivou reunir informações sobre a efetividade da Lei Maria da Penha na garantia de acesso à Justiça para mulheres em situação de violência. A pesquisa foi formulada por meio de estudos de casos nas cidades de Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. As pessoas entrevistadas integravam as instituições públicas da rede de enfrentamento à violência de gênero e foram interrogadas sobre suas percepções sobre as mudanças introduzidas pela Lei Maria da Penha e sobre suas compreensões a respeito da violência e das mulheres que atendiam habitualmente. Constatou-se descrédito nas narrativas das mulheres, falta de protocolos para os atendimentos e incipiente investimento na capacitação dos servidores. Também se avaliou como “poucas as mudanças na compreensão do que é violência baseada em gênero” [...] devido a um “machismo institucionalizado [que] bloqueia o avanço e a incorporação de políticas de gênero” (PASINATO, 2015, p. 416-424).

Considerações finais

Informes globais e nacionais apontam que meninas e mulheres são as mais afetadas pela violência doméstica, praticada por companheiros/ex-companheiros e familiares. Meninas e mulheres, negras e pobres, representam a maior parte das vítimas de feminicídio no Brasil. A violência urbana também se mostra seletiva, ao atingir de modo mais expressivo homens jovens, negros e pobres. O Estado brasileiro comprometeu-se em âmbito nacional e internacional com normativas de proteção aos direitos humanos das mulheres. A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará, a Constituição Federal e a Lei Maria da Penha constituem-se como um regime de proteção para as mulheres em situação de violência. Decorre desses compromissos normativos a obrigação do Estado de promover um conjunto de ações afirmativas que resultem na erradicação, na punição e, principalmente, na prevenção à violação dos direitos humanos das mulheres.

O artigo 7º da Convenção de Belém do Pará expressa o compromisso dos Estados Membros de atuarem com a *devida diligência* assim entendida como a exteriorização de atos públicos que demonstrem o esforço dos governos para evitar violações de direitos que estão relacionadas com contextos de risco previamente conhecidos e, por isso, evitáveis.

Políticas sociais que tenham por finalidade prevenir o feminicídio devem considerar em suas formulações as múltiplas dimensões de análise da realidade social, contemplando-se as variáveis de gênero, raça/etnia, geração, classe e sexualidade. Tais políticas precisam favorecer o maior número de pessoas e grupos, por meio de arranjos institucionais mais flexíveis, em meio à crise nos investimentos orçamentários para a assistência social. É preciso avançar, portanto, não apenas em equipamentos e serviços especializados para as mulheres. É preciso rever práticas, procedimentos e modelos institucionais que possam ter uma má compreensão das dinâmicas causais da violência de gênero.

O contexto econômico neoliberal impacta a capacidade do Estado na ampliação de programas sociais e no fortalecimento das instituições e espaços democráticos. Isso impele os movimentos sociais e os feminismos emergentes a ampliarem as bases de mobilização social, mediante esforços conjugados nos âmbitos estatal e anti-estatal, para despatriarcalizar, desracializar e descolonizar as práticas institucionais e as políticas sociais (MATOS; PARADIS, 2014).

A redução da política de abrigamento para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar às casas de abrigo subdimensiona as demandas sociais e psicológicas, não colaborando para a superação da violência e emancipação dos sujeitos.

Estudos que possam subsidiar escolhas políticas que evitem o femini-

cídio e respeitem os direitos humanos das mulheres são urgentes. A revisão da literatura, realizada nos anos de 2015 e 2016, pelas pesquisadoras KRENKEL; MORÉ (2017), em uma amostra de 33 artigos obtidos da plataforma CAPES, nos idiomas português, inglês e espanhol, sobre casas-abrigos e redes sociais, revelou que, em diversos países, o maior número de artigos publicados nessa temática ocorreu há mais de 10 anos, ou seja, em 2005, sendo que a média recente é de apenas um único artigo, por ano. As pesquisadoras observaram que os referidos estudos maneiram diversas abordagens e percursos metodológicos e, que, dentre os resultados, houve relatos positivos e negativos sobre a vivência em abrigos e similares. Algumas mulheres entrevistadas disseram ter recebido apoio emocional e informações importantes que lhes auxiliaram a melhorar a autoestima e sentirem-se em segurança. Outras demonstraram certo descontentamento com o acolhimento institucional, ao mencionarem “dificuldades em falar sobre seus problemas” [...], “pois os sentimentos eram minimizados e as pessoas [dos abrigos] aconselhavam a manter o casamento em nome da honra da família” (CRITELLI, 2012 apud KRENKEL; MORÉ, 2017, p. 775).

Referências

AGUIÃO, Silvia. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003-2015). *Cad. Pagu*, Campinas, n. 51, e175107, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300308&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ÁVILA, Thiago André Piorobom de. Articulação do trabalho em rede para proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar. In: Conselho Nacional do Ministério Público. *Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro*. Brasília: CNMP, 2018.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm>. Acesso em: 28 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. Lei Maria da Penha - Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2007. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em 22 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>>. Acesso em 15 abr. 2019.

BANDEIRA, Lourdes M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloísa B. de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 293-313.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 17. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAMPOS, Carmem. Hein. de. A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da Lei Maria da Penha. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23. n. 2, p. 519-531, maio-ago. 2015.

CAMPOS, Carmem. Hein. de. Desafios na implementação da Lei Maria da Penha. *Rev. Direito GV*, São Paulo, v.11, n. 2, p. 391-406, Dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000200391&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CONNELL, Raewyn. *Gênero em Termos Reais*. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: NVersos, 2016.

DATASENADO – Instituto de Pesquisa DataSenado. *Violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: Senado Federal, jun. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>>. Acesso em: 4 jul. 2019.

DINIZ, Debora; COSTA, Bruna S.; GUMIERI, Sinara. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, v.

114/2015. p. 225-239. mai-jun/2015. Dtr\2015\9150. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/rbccrim/123-/?ano_filtro=2015>. Acesso em: 14 jul. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Portaria nº 60, de 20 de maio de 2016. Disciplina o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, familiar ou nas relações íntimas de afeto com risco de morte, no âmbito da secretaria de política para as mulheres, igualdade racial e direitos humanos. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Norma/0b01f87f64ff41228329ea26ff9f59e7/Portaria_60_20_05_2016.html>. Acesso em: 18 jul. 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Carolina e SCHLITTLER, Maria Carolina. Proteção Integral à Mulher: avaliação de risco. In: *Práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça – Casoteca*. FBSP 2018/São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 2, 2019. Disponível em: <http://casoteca.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/04/CASOTECA-2018_site.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

GOELLNER, Silvana. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira. L.; FELIPE, Jane. e GOELLNER, Silvana. V. (Orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 30-42.

GOMES, Isabel. S. Feminicídios: um longo debate. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 26, n. 2, e39651, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200201&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 jul. 2019.

KRENKEL, Scheila; MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Violência contra a Mulher, Casas-Abrigo e Redes Sociais: Revisão Sistemática da Literatura. *Psicologia. Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, n. 3, p. 770-783, set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000300770&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2019.

KÜCHEMANN, B.; BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. A categoria gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. *Revista do CEAM*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 63-81, 14 abr. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10046/8878>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

LAGARDE, Marcela. Del femicidio al feminicidio. *Desde el Jardín de Freud*, [S. l.], n. 6, p. 216-225, ene. 2006. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

MACHADO, L. Z. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. *Cadernos Pagu*, (47), p 5-40, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8647251>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 43, p. 57-118, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200057&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MEYER, D.E. Gênero e educação: teoria e política. In.: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 11-29.

MPDFT. *Guia de avaliação de risco para o sistema de Justiça*. 1. ed. Brasília: MPDFT, 2017. Disponível em: <http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/Guia_avaliacao_risco_sistema_justica_MPDFT.pdf>. Acesso em: 15. abr. 2019.

ONU-MULHERES. *Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídios)*. Brasília: ONU Mulheres Brasil – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2016. Disponível em: <http://www.onu-mulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.

OPAS-BRASIL. Organização Pan-Americana de Saúde. Folha informativa: Violência contra as mulheres. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820>. Acesso em: 19 jul. 2019.

PASINATO, W. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei

Maria da Penha. *Revista Direito GV*, São Paulo, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 407–428, 2015.

PITANGUY, Jaqueline. In: ABREU, Maria Ap. (Org.). *Redistribuição, Reconhecimento e Representação: diálogos sobre igualdade de gênero*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_redistreconhecimento.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019.

PITANGUY, Jaqueline. *Movimento de mulheres e políticas de gênero no Brasil*. CEPAL online. 2003. p.1-24. Disponível em: <www.cepal.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/documentos/jpitanguy.pdf>. Acesso em 29 jul. 2019.

PITANGUY, Jaqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloísa B. de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PORTELA, Ana Paula. Para além da violência doméstica: o reconhecimento das situações de feminicídio como imperativo para a eficácia das políticas de prevenção. In: PASINATO, Wania. MACHADO, Bruno A.; ÁVILA, Thiago Pierobom de. (Orgs.). *Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher*. 1. ed. São Paulo: Marcial Pons; Brasília: Fundação Escola, 2019. p. 110-131.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAGOT, Montserrat & Carcedo, Ana. *Ruta Crítica de las Mujeres Afectadas por la Violencia Intrafamiliar en América Latina: Estudios de caso de 10 países*. Organización Pan-Americana De La Salud. 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/255961541_Ruta_Critica_de_las_Mujeres_Afectadas_por_la_Violencia_Intrafamiliar_en_America_Latina_Estudios_de_caso_de_10_paises>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 3. jul./dez., 1995, p. 71-79. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SEVERI, Fabiana. *Lei Maria da Penha e o projeto jurídico brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil*. 1. ed., Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.mapadaviolencia>.

org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2019.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência, homicídios por armas de fogo no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Flacso Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

Recebido em: 31 de agosto de 2019.

Aprovado em: 11 de outubro de 2019.